

Nos

9.12

caramelo

POLÍTICA
URBANA,
EXCLUSÃO
SOCIAL E
INEFICIÊNCIA




ermínia maricato



“A gente só vê o fundamentalismo religioso (...) mas a verdade verdadeira é que o fundamentalismo que está fazendo mal mesmo é o mercantil,...”

celso furtado, folha de s. paulo, 5/6/94

O Brasil não tem um programa de política urbana e nem qualquer organismo, em nível federal, voltado para a administração desse tema. No Congresso Nacional ele tampouco merece atenção: o Projeto de Lei do Desenvolvimento Urbano (também chamado Estatuto da Cidade), está em discussão (na maior parte do tempo ignorado e não em discussão) desde 1983. O artigo 182 da Constituição brasileira de 1988, (referente ao urbano) ainda não foi regulamentado. O Presidente da República recém eleito, não traz em seu programa de governo qualquer proposta para as cidades brasileiras.




Este fato não é grave apenas porque 75% da população mora em cidades ou que 43,7 milhões de pessoas (praticamente um terço de toda população) moram em apenas nove metrópoles que apresentam dramas cotidianos ligados a enchentes, epidemias, desmoronamentos, poluição do ar e dos recursos hídricos, transportes deficientes, números assustadores de acidentes de trânsito, crescimento inédito das favelas e da infância abandonada etc. A lista é interminável.

A ausência da política urbana, a falta de diretrizes para o crescimento e administração das cidades, respeitadas suas diversidades, o tratamento das políticas de habitação e saneamento como assistencialistas e setoriais, denunciam uma grave situação, já que denotam a incompreensão sobre uma questão central e crucial para toda a população brasileira hoje: *a violência urbana*.

exclusão social e segregação ambiental

As cidades brasileiras, particularmente as grandes, concentram atualmente um gigantesco universo de miseráveis segregados em pontos do seu território ou exilados nas periferias distantes. A concentração espacial da pobreza dá a esta uma nova "qualidade" na medida em que potencializa determinados comportamentos. A exclusão compõe um universo do qual a segregação ambiental é apenas uma das expressões. A dificuldade de acesso aos serviços urbanos de saúde, educação, transportes, lazer, coleta de lixo, ou de infraestrutura urbana como água, esgoto, drenagem, iluminação pública, somam-se outras como menores oportunidades de emprego (especialmente emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, discriminação racial, discriminação



contra mulheres e crianças. Até mesmo a violência discrimina os moradores urbanos por renda, local de moradia e nível educacional como mostrou recente pesquisa do núcleo do ISER, para o Rio de Janeiro. Um negro jovem morador de favela ou periferia da cidade tem mais chances de ser vitimado por assalto a mão armada e latrocínio do que um adulto branco morador da Zona Sul. As áreas com menor nível de escolaridade apresentam o maior número de vítimas.

Uma das faces mais centrais da exclusão é sem dúvida a ilegalidade: ilegalidade na condição de moradia (favela, loteamento ilegal ou aluguel informal de cômodo), ilegalidade na relação de trabalho, desconhecimento dos tribunais para a resolução de conflitos e ilegalidade na ação da polícia.

Podemos afirmar com segurança que a contravenção em relação à legislação urbana é mais regra que exceção em grande parte das maiores cidades brasileiras. As contradições e as tensões presentes entre norma e infração nessa situação se refletem nas práticas do Estado que combinam impunidade ou punição aleatória. Nas áreas de exclusão social, o Estado se apresenta ausente, ambíguo e arbitrário (quando interessa, a justiça pode ser acionada e a favela removida. Durante o período eleitoral, ao contrário, algumas simples benfeitorias podem trazer votos e consolidar a favela).

Ignorância, baixas taxas de escolaridade, condições indignas de vida, poucas oportunidades de melhoria, manipulação da informação através dos oligopólios das

comunicações, tornam a massa excluída campo fértil para as políticas clientelistas que, sem resolver os problemas das más condições de vida, contribuem para reproduzir e eternizar o processo de exclusão. Nas últimas eleições assistimos candidatos com posições conservadoras obterem sucesso eleitoral prometendo o que nunca poderão dar a seus eleitores aflitos: *segurança*. A insegurança que é resultado da desigualdade, da injustiça ou do "apartheid" social torna-se fonte de manipulação e de manutenção da ordem desigual e injusta. A situação de miséria corresponde também a exclusão que é política: *negação da cidadania*. Vive-se um faz de conta no qual a representação política se legitima através da fantasia.

Ausência do estado ou sua presença ambígua e arbitrária e ilegalidade generalizada tornam as áreas de exclusão social solo fértil para novas regras de comportamento social ou para o crime organizado. A fratura da sociedade brasileira não se restringe ao espaço informal, como bem apontou Vanderley Guilherme dos Santos, mas se estende também às instituições. Não estamos diante de realidades independentes, como já demonstrou Francisco de Oliveira.

Alguns números podem dar uma idéia sobre a dimensão do universo ao qual nos referimos. A população moradora de favelas do município de São Paulo passou de 1,1% do total em 1970 para a impressionante cifra de 19,4% em 1993, o que corresponde a 1,9 milhão de pessoas morando em favelas (FIPE). Praticamente metade dessa população tem renda acima de

4 s.m. A população moradora de favelas do Rio de Janeiro é maior que a de São Paulo em números absolutos ou relativos. Ainda em números relativos os moradores de favelas de Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza ou Recife superam São Paulo. E mais, de acordo com Sonia Rocha, 60% dos pobres não são atendidos pela rede de esgotos: em Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza (62%), Recife (83%), e até mesmo em Curitiba, tida como capital ecológica do Brasil (68%).

o brasil e a nova (des)ordem mundial

O neoliberalismo trouxe às ruas de Londres os desempregados e sem teto. Dados recentes revelam que há 700.000 pessoas morando nas ruas em toda a França. Nos USA, há 35 milhões de pobres. Graças à "precarização" nas relações de trabalho, trabalhadores jovens perambulam com a família em trailers, em busca do trabalho temporário em várias regiões da Europa. Sem a ameaça do comunismo e sem a pressão dos grandes sindicatos, hoje enfraquecidos, e sob forte crise fiscal, o capitalismo abandona a fase fordista/keynesiana. A nova ordem, ou (des)ordem como quer Wilson Cano, determina: diminuição do poder dos estados nacionais, internacionalização do mercado, enxugamento do estado com o encolhimento das políticas sociais, predominância da esfera financeira, privatização, incorporação de tecnologias complexas e flexibilização da produção com elevação do desemprego e "precarização" das relações de trabalho, apenas para dar um quadro muito esquemático.

A nova ordem internacional chega ao Brasil, antes que o prometido bolo fosse dividido. A exclusão social acompanha o processo de industrialização brasileiro desde seu início (se quisermos ficar restritos a história do país neste século), a exclusão é estrutural no modelo caracterizado pelo "desenvolvimento moderno do atraso" (Roberto Schwarz). A exclusão e o atraso são "produtos" ou subprodutos dele. "A modernização conservadora" (M.C. Tavares) traz para o Brasil, que apresentava um dos maiores índices de concentração de renda do mundo, o aumento da miséria, do desemprego e do subemprego. A década de 80 é marcada pela queda do assalariamento com carteira assinada, ou aumento dos trabalhadores por "conta própria", como revelam os trabalhos de João Sabóia.

Se na Europa e Estados Unidos os grandes sindicatos foram desmontados e o trabalhador se torna mais e mais descartável, não é de se estranhar que um caminhão da administração Maluf em São Paulo, Brasil, tenha esmagado a cabeça de uma criança de rua, confundida com lixo numa operação de "limpeza" urbana. É preocupante tentar antever o que pode ser nosso futuro se não houver uma mudança radical de rota nesse caminho.

Reverter esse quadro exige não só remar contra as correntes internacionais que definiram um destino para a América Latina, mas também contrariar interesses seculares no Brasil. Um único exemplo é suficiente para desvendar um outro universo que é o contraponto da exclusão social, tema que nos ocupa mas que jamais



deve deixar de ser referido ao outro lado da moeda. O Brasil é o sétimo país exportador de turistas aos EUA, e os turistas brasileiros são responsáveis por dois recordes mundiais: tempo de permanência no país e maior média de gasto diário ou U\$109. (Como se vê pelos dados do USTTA, órgão de turismo do Departamento de Comércio norte americano, não somos campeões em concentração de renda apenas).

Distribuição de renda, fortalecimento do mercado interno, criação de empregos, reforma agrária, são medidas absolutamente indispensáveis, mas não bastam. Elas precisam ser combinadas com ações de melhoria da qualidade ambiental ou melhoria da habitabilidade dos guetos pobres. O município de Diadema apresentou uma queda da mortalidade infantil, de 82.96 óbitos por mil nascidos vivos em 1983 para 26,00 em 1993. Este verdadeiro milagre da vida se deu devido a investimentos diretos da área de saúde somados ao investimento na qualidade ambiental proporcionada pela urbanização de 129 núcleos de favelas dos 194 existentes no município durante os últimos dez anos. Diadema passou durante este período de vice campeã da violência na região metropolitana de São Paulo, para o segundo menor índice de criminalidade. É este outro milagre se deu exatamente

durante o período de empobrecimento, desemprego e aumento da violência em todo o país. Durante três gestões petistas, a prefeitura rompeu com o ciclo convencional da política municipal tradicional: priorização de obras viárias, privatização da máquina pública, clientelismo político, desprezo pelas políticas sociais.

integração à vida urbana contra a violência

“... já os economistas em sua maioria não observam nenhuma realidade”

paul ormerod, folha de s. paulo, 3/7/94

É realmente impressionante a ignorância da maior parte dos economistas (hegemônicos em assessorar governos para definir os rumos do desenvolvimento) em relação ao espaço, ao território, aos recursos ambientais. (Deixaremos de lado aqueles economistas que são cegos em relação à infelicidade de grande parte da população e que não servem de interlocutores). É também impressionante a ignorância e o desprezo das instituições brasileiras de um modo geral, em relação às deseconomias e problemas advindos do uso e ocupação inadequados do solo. Os exemplos são abundantes: custo da captação de água para as

regiões metropolitanas de São Paulo e Baixada Santista, agravado pelo previsível futuro colapso, custo de obras contra enchentes em Belo Horizonte, custo da despoluição da Baía da Guanabara, etc.

Duas décadas de política habitacional setorial, centrada na produção de monótonos conjuntos de moradias novas, mal localizadas nas cidades, distribuídas através de relações clientelistas, de qualidade construtiva discutível, preços nem sempre justos, dirigida mais por interesses privados do que públicos, tiveram um custo altíssimo, que o país não pode mais pagar. Dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, de 1990, revelavam que um conjunto habitacional, fordista (grandes dimensões, monótono, massificador), Cidade Tiradentes, situado a 40 km da Praça da Sé em São Paulo, e não uma favela, constituía o maior foco de criminalidade na maior cidade sul-americana.

A nova política habitacional (já que a atual não se sustenta sobre as pernas) deve partir de uma política urbana. *As regiões metropolitanas brasileiras não resistem mais tempo sem um esforço articulado das três esferas de governo.* (E demais instituições públicas, semi-públicas ou privadas). E quem pensa que o problema da violência está restrito ao Rio de Janeiro, ou

a duas ou três metrópoles se engana. O ovo da serpente está presente em cidades de porte médio que ainda apresentam boa qualidade de vida como Florianópolis ou João Pessoa. A questão da segurança tornou-se a preocupação central da população brasileira, seja ela pobre ou rica.

Entrar nas favelas cariocas com a polícia ou o exército e dar uma demonstração de força é relativamente simples. Permanecer lá, é a questão que precisa começar a ser tratada seriamente, ampliando as oportunidades de trabalho, apoiando as iniciativas que vão nesse sentido, retirando o lixo, os esgotos, os ratos (com os quais as crianças se confundem), dando acesso à ambulância, ao caminhão de gás, ao abastecimento de água tratada, ao abastecimento alimentar, ao transporte público, e acima de tudo à educação e cidadania. Isto significa uma melhoria nas condições ambientais urbanas além de medidas sócio econômicas. Isto significa uma Reforma Urbana: na legislação, nas prioridades do executivo, na gestão urbana. Isto significa sobretudo uma nova relação política, na qual os moradores das áreas miseráveis não são apenas objetos mas também sujeitos da mudança que se faz necessária.

erminia maricato, arquiteta e professora fauusp

